

EDITORIAL/APRESENTAÇÃO

Daniel Gustavo Mocelin*

José Carlos Martines Belieiro Junior**

Marcus Ianoni***

Na trajetória do desenvolvimento no Brasil, o Estado cumpriu, até o final dos anos 1970, um papel importante como indutor do crescimento, seja viabilizando projetos para o setor privado, nacional ou estrangeiro, através de várias políticas nas áreas fiscal, cambial e creditícia, por exemplo, seja como parceiro deles ou como produtor, por meio das companhias mistas e bancos de fomento. A mudança da estrutura produtiva primário-exportadora, hegemônica na República Oligárquica, em direção à produção industrial, foi executada com base em um modelo denominado nacional-desenvolvimentismo, centrado na substituição de importações e na oferta dos produtos, sobretudo, para o mercado interno.

Ainda que o protecionismo tenha propiciado a formação de um grande parque produtivo, sua perseverança, no longo prazo, desvinculada de uma efetiva estratégia exportadora de produtos manufaturados, limitou as iniciativas em inovação. Os avanços nas exportações durante o regime militar não foram suficientes para reverter a tendência geral de descompasso da industrial nacional diante da terceira revolução tecnológica e do fim do fordismo.

A crise do nacional-desenvolvimentismo, desde os anos 1980, coincidiu com o início das políticas neoliberais nos EUA e no Reino Unido, expressando uma tendência de mudança nas condições estruturais e institucionais da economia política internacional, especialmente o regime macroeconômico existente desde o final da Segunda Guerra Mundial, com base nos acordos de Breton Woods. Essa onda liberalizante reforçou-se nos anos 1990, após a queda do muro de

* Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; e-mail: daniel.mocelin@ufrgs.br

** Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil e-mail: jembjunior@yahoo.com.br

*** Doutor em Ciências Sociais, Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil; e-mail: marcusianoni@uol.com.br

Berlim. A partir do Governo Collor e, principalmente, desde o Plano Real, em 1994, foram implementadas as reformas orientadas para o mercado, de modo que, em resposta à crise do Estado e à crise do padrão de inserção do país na economia internacional, o Brasil foi pressionado, por forças internas e externas, a adequar-se a políticas macroeconômicas e setoriais (comércio internacional, indústria, agricultura, tecnologia etc) baseadas em uma relação passiva do Estado com o desenvolvimento. Nessa alteração do papel econômico do Estado, coube a ele, sobretudo, uma função regulatória. Outra medida liberalizante impactante foi a desregulamentação financeira, a partir da gestão fazendária de Marcílio Marques Moreira, em 1991. A ampliação da exposição do empresariado brasileiro ao ambiente da concorrência externa implicou em aumento da desnacionalização, ou seja, na expansão da presença do capital estrangeiro na estrutura produtiva e nas empresas do setor de serviços.

Os governos encabeçados pelo PT, a partir de 2003, procuraram retomar uma ação desenvolvimentista, embora em um contexto nacional e internacional diferente do nacional-desenvolvimentismo. Buscou-se resgatar o papel do Estado na indução do crescimento, mas, com uma novidade, a perspectiva do combate à desigualdade social presente na Constituição de 1988, mas até então insatisfatoriamente colocada em prática. Esse novo cenário da ação governamental instigou o debate acadêmico e público sobre o desenvolvimento, especialmente sobre as relações entre o Estado e os agentes econômicos, uma vez que algumas das novas políticas públicas implementaram parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, seja na política industrial, na política creditícia dos bancos estatais etc. Foram promovidas também novas políticas de estímulo ao crescimento do mercado interno, como a política de elevação do salário mínimo e estímulos estatais à ciência, tecnologia e inovação, entre outras ações. Um dos objetivos dos agentes governamentais foi fomentar a competitividade das empresas e, em alguns casos, sua internacionalização.

Contudo, várias das tentativas de retomada do desenvolvimento, entre 2003 e 2014 (Lula 1 e 2 e Dilma 1), esbarraram em impasses de ordem macroeconômica (juros altos e câmbio valorizado), técnica e institucional (capacidades estatais), ideológica e cultural (forte oposição

dos economistas neoclássicos e da mídia, por exemplo), tanto na esfera governamental, como na esfera empresarial e nas relações entre ambas as esferas. A partir de 2015, a mudança da agenda pública no sentido da austeridade fiscal e monetária, consolidada com o impeachment, implica, por assim dizer, em um sepultamento das tendências desenvolvimentistas (ao menos no sentido do discurso de algumas de suas lideranças políticas e policy-makers das agências estatais) dos três primeiros governos petistas.

Visando debater e avaliar alguns dos problemas, a começar sobre o quanto o desenvolvimentismo efetivamente ocorreu, uma vez que a indústria manufatureira regrediu ao longo do período, a Revista SÉCULO XXI apresenta o Dossiê Estado, Empresariado e Sociedade, que reuniu alguns trabalhos visando contribuir para a interpretação sociológica e política da referida experiência de políticas públicas e instituições dos governos petistas. Os artigos transitam analiticamente entre uma dimensão macro, focada nas orientações políticas gerais do Estado e outros fatores estruturais, e outra mais próxima das instituições e das relações entre elas, a burocracia pública e os agentes econômicos.

No primeiro artigo do Dossiê, Juarez Varallo Pont propõe uma discussão sobre modelos econômicos implantados no país por diferentes governos entre 1990 e 2014, e questiona a qualificação dos mesmos como neoliberais e desenvolvimentistas. Segundo o autor, governos situados no suposto campo neoliberal não deixaram de adotar políticas populistas com forte presença do Estado na economia, assim como os governos de centro-esquerda tomaram medidas insuficientes para aproveitar as oportunidades abertas pela conjuntura internacional, favorecendo um corporativismo estatal também marcado por irresponsabilidade fiscal.

O artigo de Ilan Lapyda debate a questão do desenvolvimento periférico, argumentando que um Estado interventor não é condição suficiente para o desenvolvimento. Porém, nos países retardatários, como o Brasil, não se poderia prescindir dele na busca por um melhor posicionamento no sistema econômico internacional.

Aprofundando o debate proposto nesses dois primeiros artigos, Daniela Mesquita De Franco Ribeiro analisou o papel do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Criado em 2003 para exercer um papel positivo e articulador de um projeto de desenvolvimento por

meio do diálogo social, esse espaço configurou uma arena de diálogo, reunindo diferentes tipos de atores do Estado, do mercado, da sociedade civil e da universidade. A dinâmica dos debates e decisões nesse Conselho evidencia as tensões e as divergências de interesses entre os atores.

Os três artigos seguintes debatem a inovação tecnológica como força-motriz do desenvolvimento, enfatizando o papel do Estado, do empresariado e da pesquisa científica e acadêmica. O artigo de Leandro dos Santos e Márcia da Silva Mazon aborda a atuação do Estado no processo de construção do mercado de bens tecnológicos, com base no pólo tecnológico de Florianópolis. Os autores identificam o Estado como um provedor de recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento das atividades e empreendimentos inovadores, especialmente por meio de novas regras institucionais de incentivo às políticas de inovação.

O artigo de Felipe Möller Neves e Daniel Gustavo Mocelin observa o comportamento de novos agentes econômicos no contexto das mudanças institucionais. Tomando como objeto a instalação de grandes empresas em Parques Tecnológicos, os autores analisam a formação de alianças técnicas e comerciais, especialmente a cooperação entre grandes e pequenas firmas.

O Dossiê é concluído com um estudo de Robert Kalley Cavalcanti de Menezes sobre a formação de empresas de *software* na Paraíba. Neste artigo, o autor analisa as redes interacionais que formam a base do processo de incubação de empresas de tecnologia da informação, envolvendo iniciativas do Governo Federal, da Incubadora Tecnológica de Campina Grande (ITCG) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O trabalho evidencia as relações de cooperação, competição, conflito e “inspiração” que derivam das racionalidades que orientam as ações individuais dos agentes envolvidos.

Esperamos que o dossiê contribua para um debate rico, complexo e essencial para o futuro do país, o debate do desenvolvimento. Boa leitura a todos!

Daniel Gustavo Mocelin – UFRGS

José Carlos Martines Belieiro Junior – UFSM

Marcus Ianoni – UFF

Organizadores